



FACS – Faculdade de Ciências da Saúde

Curso: Psicologia

O casal no contexto pós-moderno

Luana da Silva Caetano

Brasília

Junho/2007

LUANA DA SILVA CAETANO

O CASAL NO CONTEXTO PÓS-MODERNO

Monografia apresentada como requisito para conclusão do curso de Psicologia do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. Professor orientador Dr. Maurício da Silva Neubern.

Brasília, junho de 2007.

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus e ao Menino Jesus de Praga que sempre atendem minhas preces trazendo força frente às dificuldades.

À minha mãe querida, mulher doce e forte que sempre acreditou em mim e deu passos firmes para que eu pudesse concretizar esse sonho.

À irmã Dudu por ser meu norte nos momentos sem direção e por compartilhar tanto da minha vida.

Às irmãs Lê e Su por serem meu porto seguro e aos sobrinhos Biel e Gui, fonte garantida de alegria.

Aos professores que me guiaram com os conhecimentos necessários e em especial ao meu professor e orientador Maurício, pela sensibilidade, dedicação e paciência de sempre.

Às amigas Clara, Lulis, Paty, Ju e Tissa por iluminarem meus dias. E às eternas amigas Elisa, Fê e Cá por estarem novamente de coração e braços abertos.

Às amigas lindas de curso: Mary Annes, Bruninha, Luísa, Lígia, Lorena e Érica por darem sentido ao caminho percorrido na faculdade e dividirem dúvidas, certezas, tristeza e felicidade.

Às queridas alunas de dança pela oportunidade de partilhar emoções e à dança por fazer pulsar forte o coração e manter minha alma sempre viva.

Essa vitória é nossa! Obrigada de coração.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| • Resumo | 04 |
| • Introdução | 05 |
| • Capítulo 1 – Mudanças no casal | 08 |
| 1.1. Família e suas representações | 08 |
| 1.2. Casal pós-moderno | 11 |
| • Capítulo 2 – O sujeito pós-moderno | 14 |
| 2.1. Identidade, individuação e relacionamento | 14 |
| 2.2. A mulher – trajetória e resultado | 20 |
| • Capítulo 3 – Redefinições e conflitos | 27 |
| 3.1. Vínculos | 27 |
| 3.2. Amor e casamento | 29 |
| • Conclusão | 32 |
| • Referências Bibliográficas | 36 |

RESUMO

Ao longo da história observamos inúmeras modificações no que diz respeito a relacionamento do casal. Mudanças estruturais na economia, sociedade e cultura levaram a novas concepções de família e conjugalidade. O núcleo familiar tradicional vai aos poucos sendo substituído por rearranjos familiares frente a uma realidade permeada de novos valores e constituída de divórcios e recasamentos. A entrada da mulher no mercado de trabalho e seu crescente ganho de espaço na sociedade delineiam novas perspectivas de gênero redefinindo funções tidas tradicionalmente como femininas e contribuindo para uma nova relação homem – mulher. O casamento e a maternidade passam a ser opções de projeto de vida e não obrigatoriedade para a mulher, o que traz inúmeras implicações na vida a dois que passa a ser permeada por novas negociações. A pós-modernidade traz uma crise em diversos âmbitos que é definida por inúmeros autores e traduzida como caos, desconstrução e turbulência. Tudo isso, além de fazer necessária uma redefinição de conceitos em vários aspectos da sociedade, apresenta nítidos reflexos no sistema casal. A líquida sociedade moderna, com avanços tecnológicos e crescente velocidade nas informações, traz a tona questionamentos a respeito do amor, vínculo e dos laços afetivos. A antiga visão de amor romântico abre espaço para o amor prudente e cauteloso em que novas questões passam a estar em jogo antes de se envolver afetivamente. Compromisso e liberdade constituem um dilema que é obstáculo para laços duradouros e profundos. Apesar disso, resquícios da idealização romântica levam a frustrações por elevadas expectativas com relação ao parceiro ou cônjuge. Além disso, o indivíduo que em outras épocas era definido como centrado e unificado encontra dificuldade ao buscar sua identidade num mundo fragmentado e de inúmeros registros possíveis tornando-se também, em alguns momentos, descentralizado, confuso e instável. Dessa forma, busca-se compreender a trajetória de mudanças vividas pela família e casal, inserindo-os no contexto atual, observando as novas condições e circunstâncias que estão envolvidos, assim como os emergentes valores e conceitos que compõem a sociedade contemporânea. A partir da definição do panorama pós-moderno pode-se visualizar com maior clareza o que caracteriza e como se constitui o casal na atualidade percebendo também, a estreita relação entre casamento e sociedade.

Palavras-chave: casal, família, pós-modernidade.

INTRODUÇÃO

O casamento como modelo adulto de intimidade (Whitaker, 1995) vinculado ao amor e à escolha pessoal sofreu inúmeras transformações ao longo dos anos até chegar a esses moldes. Passou por funções tradicionais de transmissão de legado, manutenção de bens, defesa de interesses políticos, conveniência econômica, possibilidade de ascensão social, e, juntamente às modificações expressas nos contextos cultural, econômico e social, evoluiu.

Essa redefinição da família e conseqüentemente do casal é resultado das grandes transformações sofridas pelo sujeito e sua identidade. Passando também por diferentes caracterizações teóricas passou a entender-se hoje esse sujeito dito pós-moderno como diversificado, fragmentado, tornando-se variável e extremamente instável (Hall, 1999).

A globalização e uma simultaneidade de eventos trazem um novo contexto em que acontecem redefinições de tempo e espaço (Hall, 2001). As possibilidades com o advento da internet trazem ao indivíduo facilidades que podem torná-lo intolerante à espera e banalizadores do contato físico. (Bauman 2004). O cenário favorece relacionamentos com vínculos enfraquecidos e dúvidas ante a possibilidade de comprometer-se. O casamento como instituição é colocado em uma base nada sólida, apresentando novas conjunturas nunca pensadas antes. A mulher que antes casava por escolha de terceiros e que não tinha a sexualidade atrelada ao casamento, passa a ter novas perspectivas de projetos de vida com sua entrada no mercado de trabalho. O feminismo é visto como um movimento de grande impacto na realidade econômica e social (Hall 2001) de maneira a surgem discussões de gênero e de autoridade dentro do lar.

O enfraquecimento dos vínculos e os numerosos rearranjos familiares tornam-se fatores desencadeadores de conflitos na medida em que tornam necessária

constantes redefinições das redes sociais. O amor romântico não é mais parte da configuração da pós-modernidade. Bauman (2004) chega a defini-lo como “fora de moda”. Dessa forma, desejo e amor confundem-se na nova realidade, e o homem passa a viver o dilema de comprometer-se ou corroborar com a velocidade e constante mudança da sociedade moderna. O amor aparece como risco, e há resquícios da idealização de seu antigo conceito, o que pode trazer conflitos e frustrações.

O objetivo central deste trabalho define-se, portanto, na compreensão da constituição do casal de hoje, frente aos dilemas que vivenciam enquanto sujeitos e enquanto casal, através do entendimento da trajetória de mudanças sofridas pela função da família e casamento até chegar ao contexto pós-moderno. Para tanto, é necessário conhecer quais são as modificações trazidas pela pós-modernidade nas relações, cultura, sociedade e economia. Dessa forma, a visualização de conflitos e dilemas vividos na sociedade atual, frente a valores como a superficialidade e o descarte, pode tornar-se mais clara. A velocidade é constantemente citada por autores que definem esse período enfatizando a crise e caos vivido em diversos âmbitos sociais. Entre outros fatores, o papel da mulher se destaca como uma modificação importante levantando questionamentos sobre gênero e divisão de tarefas no lar. A possibilidade de uma carreira profissional e a não obrigatoriedade do casamento abre portas para uma redefinição de papéis que terá influência direta na relação a dois.

Para haver a compreensão dos objetivos, o primeiro capítulo traça um histórico de família ao longo da história, passando pela formação da família tradicional e suas funções até chegar à constituição pós-moderna relacionando com os reflexos para o casal em cada época. No capítulo seguinte, retrata-se recortes da

realidade do indivíduo pós-moderno, a dificuldade na construção de sua identidade frente a seu novo panorama e a dificuldade de sua individuação frente a uma realidade fragmentada. Também é retratada a trajetória da mulher na sociedade chegando aos dias atuais e suas implicações na relação homem e mulher. Por fim, a redefinição de vínculos que se tornam mais fracos e menos duradouros e a modificação na visão de amor romântico são sinalizadas como ponto de partida para possíveis conflitos na contemporaneidade. Dessa forma, busca-se definir o cenário do casal pós-moderno encontrando relações diretas de suas modificações com as mudanças sofridas na sociedade e cultura.

1. MUDANÇAS NO CASAL

1.1. Família e suas representações

Família não deve ser vista como um conceito estático ou atemporal. É uma estrutura que se molda ao seu contexto histórico, social e econômico e que reflete o cenário em que é constituído. A noção de família burguesa com uma estrutura fixa de pai, mãe e filhos, apesar de estar presente até hoje, sofreu inúmeras modificações ao longo da história. Isso influenciou também na concepção de casal e de relacionamentos afetivos como um todo. Para ter-se uma noção de casal ao longo do tempo há que se observar a transição da constituição familiar e da função e papéis desempenhados por cada membro que a compõe a família. Uma boa referencia é a iconografia, capaz de traduzir muito do que é significativo para cada cultura e cada época. Segundo Ariès (1981), no século XVI é o período em que começa a ser observada uma evolução iconográfica com relação à família. O livro de horas, que corresponde a mais rica ilustração da época, contempla imagens como a dama do amor cortês ou a dona de casa, mulheres se aquecendo ao fogo dentro de casa enquanto um homem ainda está do lado de fora, damas acompanhando os camponeses na colheita de uva e mais representações de família. Timidamente vai se construindo um núcleo familiar. Com relação ao período anterior, em que o casal era uma representação imaginária do amor cortês, a mulher, assim como a família passam a compor o cenário de trabalho do homem estando perto dele e até mesmo atuando em seu trabalho. Traços de uma intimidade não manifestada anteriormente passam a fazer parte das pinturas. Nota-se inclusive uma colaboração da família no trabalho cotidiano. Também passa a compor as ilustrações desse século a figura da criança que, em geral, aparecia brincando. Isso nos mostra aos poucos a família e seus membros ganhando espaço no cenário social.

Outra grande mudança nesse mesmo século foi a transformação da iconografia dos meses para uma iconografia da família. Usou-se a hierarquia familiar para simbolizar a duração da vida (Ariès, 1981). Com o tempo se torna mais freqüente a representação de interiores de casas, mostrando o foco na intimidade da vida privada. A legenda de uma das ilustrações da época coloca a família no mesmo plano que Deus e o Rei, o que era um idéia extremamente nova. Pouco a pouco vai se definindo a visão de família daquela época que é a origem do conceito de família moderna. É caminhando para o final do século XIV que começa a ser perceptível a evolução dessa família moderna. O papel da mulher no lar passa a ser melhor definido. Suas ações apenas são reconhecidas com a autorização de seu marido ou da justiça. Ela não tem o direito de substituir o marido ausente ou louco e o poder paterno é cada vez mais reforçado pela legislação tornando mãe e filhos submissos ao patriarca (Ariès, 1981). O lugar de submissão ao masculino seria ocupado por muito tempo até mudanças no cenário político econômico que proporcionassem relativa emancipação. Porém, essa visão patriarcal deixaria resquícios, apresentando-se como empecilho na trajetória da mulher dentro do mercado de trabalho. Dividir-se entre mãe e “trabalhadora” tornar-se ia futuramente um grande dilema feminino.

Temos então, uma família em que o pai é o provedor e a mãe o elo emocional. Com o surgimento da escola (Ariès, 1981), a transmissão de valores passa a ser função da família, que trabalharia em conjunto com a instituição de educação de seus filhos. Anos depois aconteceria uma inversão de papéis, em que a escola se tornaria a grande responsável pela educação dos indivíduos.

De acordo com Roudinesco (2003), a evolução da família pode ser observada em três períodos distintos e significativos. Num primeiro momento a família

tradicional, fruto de casamentos arranjados pelos pais dos noivos é a segurança da transmissão de um patrimônio. Não se leva em conta afetividade ou a vida sexual dos que irão se casar já estes estão submetidos à autoridade patriarcal. O que se pode notar é uma união sem significado por si só, que independe da escolha dos indivíduos mas que aparece como sinônimo de projeto de vida. Giddens (1993), acrescenta que nesta mesma época a maior parte dos casamentos acontecia por interesses econômicos e não pela atração sexual mútua. Ressalta ainda que as demonstrações de afeições físicas, carícias e beijos eram raros entre camponeses casados na França e Alemanha do século XVII, havendo inúmeras relações extraconjugais. A liberdade sexual existia apenas para grupos aristocráticos e não estava ligada ao casamento. Esse pensamento já leva a uma dicotomia liberdade X casamento, delineando de forma implícita para tempos futuros o sentimento de prisão dentro da união conjugal.

Já o modelo de família moderna acontecia entre o século XVIII e meados do século XX envolvendo o amor romântico (Roudinesno, 2003). Este ganhava espaço em detrimento de interesses econômicos. A transição do modo de produção feudal para o capitalismo em muito contribui nas novas formas de relacionar-se. O recente mundo capitalista se mostra objetivo e veloz, ao contrário da realidade do homem do campo, que pode pensar num futuro sem grandes angústias imediatas. Marido e mulher eram vistos como “colaboradores em um empreendimento emocional conjunto”. O lar representava um ambiente bastante diferenciado do trabalho, considerando que nele era encontrado apoio emocional. O número de filhos se reduzia e a sexualidade era separada para as mulheres da obrigação e constante gravidez e partos (Giddens, 1993). Também no século XVIII o privado destacava o sentido de família enquanto que o público passava a ser relacionado ao Estado.

Este entrou na vida familiar sob forma de legislações que regulamentavam processos de adoção e divórcio, garantiam os direitos dos filhos naturais e limitava o poder paterno. A família era então construída de forma voluntária e o casamento monogâmico era o fundamento de uma família nuclear com filhos em posição de destaque e o pai no papel de “chefe”, de comando. A afetividade era cada vez mais fortalecida e o papel da mulher limitava-se ao privado. A ela cabia cuidar de seus bebês tanto afetivamente como na transmissão de valores. O pai era o responsável pelo sustento de sua família e representava a ligação com o público (Centa & Elsen, 1999). E apesar de ser cada vez mais dessacralizada mantém-se como uma sólida instituição perante a sociedade (Roudinesno, 2003). Dessa forma, progredia-se de uma relação sem afeto para algo mais significativo. Passava-se aos poucos da obrigação de manutenção de bens e nome de família para obtenção de satisfação pessoal. No entanto somente a caminho da pós-modernidade é que o papel da mulher seria reformulado junto a muitos outros conceitos.

1.2. Casal pós-moderno

Num terceiro momento que é o que reflete a atualidade vemos a construção do que se considera a família pós – moderna ou contemporânea. A segunda metade do século XX traz inúmeras mudanças no pensamento da sociedade e no comportamento dos indivíduos delineando o cenário da pós globalização que dá destaque à velocidade em todos os âmbitos. Na obra de Bauman (2004) que retrata bem esse período nota-se um contexto de desconstrução, relatividade, fragmentação e desreferencialização em que informação e os serviços passam a ser mais importantes do que a produção material e meios de comunicação passam a ser grandes difusores de idéias e valores. Dessa forma o repúdio à objetividade reflete na visão que se tem de relacionamentos

humanos e o descartável é aplicado aos bens de consumo refletindo no que se pensa sobre relacionar-se. A duração do casamento torna-se extremamente relativa e é resultado da união de sujeitos buscando relações íntimas ou realização sexual. Divórcios, separações e conseqüentemente rearranjos familiares compõem o cenário dessa nova fase (Roudinesco, 2003) deixando nítida uma fragilidade do casal enquanto sistema devido às mudanças no sentido do casamento como instituição. Observa-se então que o antigo amor romântico dá lugar ao amor prudente (Andolfi, 2002) e os envolvimento afetivos são feitos com cautela não sendo a única opção de projeto de vida para as mulheres.

O conceito de casamento não está mais atrelado à constituição de uma família tendo em vista os diferentes arranjos que incluem novos parceiros para pai e mãe e conseqüentemente irmãos de pais diferentes. Além disso, as evoluções tecnológicas e científicas possibilitam a concepção “in vitro”, o que resulta numa gradual perda da figura paterna que, com a entrada da mulher no mercado de trabalho, já não é o único provedor da família (Gomes & Paiva, 2003). Isso tudo reflete diretamente nas relações afetivas que passam a ter um objetivo diferenciado. Se não é mais necessário casar-se para sobreviver, e não é a única maneira de ter um filho ou prestígio na sociedade, estar com outra pessoa passa a ser de fato uma opção. E frente a tanta velocidade e inovações lançadas ininterruptamente, um relacionamento passa a ser algo que também carece de novidade e dinamismo. Os sujeitos parecem aplicar a mesma regra a tudo o que vivenciam e suas interações não fogem deste princípio. Se em tempos antigos como citado anteriormente já se tinha uma prematura visão de que um relacionamento poderia ser uma forma de aprisionar o sujeito parece-se ter certeza nos dias atuais de que ser livre é estar sozinho. E dentro desse paradigma perde-se a noção de que o ser

humano é essencialmente relacional. A necessidade do novo e o individualismo exacerbado dificultam um envolvimento duradouro e significativo apesar de não extingui-lo. A grande questão é que de fato frente a essa realidade tem-se conflitos nunca antes pensados. Dividir-se entre buscar uma identidade e fundir-se a outra se torna um dilema. Preocupar-se na divisão de bens frente a novas possibilidades econômicas e dentro da sociedade individualista torna-se comum. As modificações sociais contribuíram para redefinição do casamento e repulsa por modelos tradicionais de qualquer natureza apesar de prevalecerem alguns dos valores tradicionais. Se o casamento enquanto instituição em que se pressupõe fidelidade e final feliz se constitui como um modelo tradicional antiquado, o que poderia se esperar é que qualquer relacionamento que se aproximasse dele fosse negado pela sociedade atual em sua grande maioria. No entanto não se deve fazer tal generalização, já que se percebem algumas continuidades nos valores da família tradicional.

2. O sujeito pós-moderno

2.1. Identidade, individuação e relacionamento

Compreender o que caracteriza o sujeito pós-moderno é fundamental para se perceber a lógica de seus relacionamentos. A questão da identidade é fator importante para a visualização das mudanças no panorama social e o impacto que têm no homem e suas relações. Por muito tempo o sujeito era visto como unificado com relação à sua identidade. Contudo, as mudanças históricas forçaram a busca para uma nova definição desse conceito. Atualmente, no contexto da sociedade pós-moderna, assistimos um sujeito de identidade fragmentada. O que se chama de “crise de identidade” segundo Hall (2001) é um amplo processo de mudança que abala e modifica os referenciais de estabilidade dos indivíduos no meio social. Harvey (1998) define como o “fato mais espantoso” (p.49) dessa época a total aceitação do fragmentário, efêmero, descontínuo e caótico. Dentro dessa mudança estrutural são então reavaliadas e fragmentadas questões culturais de sexualidade, etnia, classe, raça, gênero e nacionalidade. Em meio a esse cenário modificam-se também as identidades pessoais, com a “perda de um sentido de si” como destaca Hall (2001), resultado da mudança na visão de sujeito integrado para uma descentração do sujeito. Bilac (2000) traz a idéia de estarmos vivendo em “tempos turbulentos” (p.29) com desafios para paradigmas clássicos frente a essa nova percepção de um real fragmentado e diversificado enfatizando não só uma crise na sociedade, mas também “uma profunda crise teórica das Ciências Sociais” (p.29). Interessantemente o capítulo que recebe este trecho como introdução tem o título de “Família: algumas inquietações” (p. 29). Pode-se inferir a estreita relação da “crise” pós-moderna com a concepção de família e o relacionamento do casal. Se

enfrentamos uma mudança na percepção do próprio sujeito sobre si mesmo, certamente, atrelado a isso, presenciamos modificações visíveis e significativas nos relacionamentos e laços construídos por ele. Duarte (1995) aponta uma ameaça ao equilíbrio precário em que sobrevive a insituição família tendo em vista a “violenta aceleração da individualização nas sociedades metropololitanas” (p. 36), fazendo com que a “crise” contemporânea pareça mais radical.

Sluzki (1997) destaca a importância de nossas relações na formação de nossa identidade. Referindo-se a rede social pessoal o autor diz que “essa experiência coerente no tempo e no espaço que constitui nossa *identidade* se constrói e reconstrói constantemente no curso de nossas vidas com base em nossa interação com os outros – familiares, amigos... e inimigos, conhecidos, companheiros, paroquianos, todos aqueles com quem interagimos” (p. 15).

Hall (2001) apresenta diferentes concepções de sujeito que foram sendo modificadas e reavaliadas ao longo do tempo em cada contexto social. Segundo ele, no iluminismo definia-se o homem como centrado, unificado, dotado da capacidade de agir e de utilizar a razão e a consciência. Haveria, então, um núcleo central interior inato ao sujeito que permaneceria com ele ao longo da vida. Identidade era o centro essencial do eu. É importante destacar que o sujeito dessa época era normalmente descrito como masculino.

Em seguida Hall (2001) pontua a definição de sujeito sociológico. Já dentro do mundo moderno, havia uma maior complexidade em todos os aspectos, inclusive nesse conceito. Observou-se que o núcleo interior do sujeito era formado a partir de relações sociais e que não era autônomo como acreditava-se anteriormente. A interação do sujeito com a sociedade era a responsável pela formação da identidade. Aparece um papel para o outro na vida dos indivíduos

que continuam com seu núcleo interior, mas numa visão menos auto-suficiente e individualista.

Nesse novo universo em que o mundo externo é fator determinante da definição dos sujeitos, tem-se como consequência a influência direta das mudanças culturais e estruturais da sociedade na construção da identidade. Os sistemas de representação e significação cultural se multiplicam e acabam por confrontar o indivíduo com inúmeras identidades possíveis (Hall, 2001). Dessa forma, a identidade é definida de forma histórica e não mais biológica. São assumidas diferentes identidades em diferentes momentos, caracterizando mais uma vez o homem pós-moderno como fragmentário e descontínuo. Considerando a idéia de Sluzki (1997) de que a organização da identidade é favorecida pelas relações sociais do sujeito por intermédio do olhar e das ações dos outros, e considerando o panorama pós-moderno, pode-se deduzir certa dificuldade nesse processo. A “líquida vida moderna” (Bauman, 2004, p.39) contribui na velocidade extrema dos relacionamentos assim como seu caráter descartável. Sendo assim, temos um sujeito com muitos registros de identidade, o que se torna obstáculo para inter-relações mais próximas e duradouras. Considerando que o casamento é um “modelo adulto de intimidade” (Whitaker, 1995, p.30) e que intimidade pode ser vista como “um processo de proximidade emocional” (Heilborn, 1995, p.97), toda essa modificação na identidade do sujeito tem reflexos diretos na vida do casal. Tudo isso por uma modificação nos valores atuais, já que, por exemplo, a “satisfação instantânea” tem lugar de destaque em detrimento da espera que é vista com repulsa num mundo de velocidade e aceleração (Bauman, 2004).

Um fator de grande destaque na modificação da visão de identidade e na descentralização do sujeitos é a globalização. Segundo Hall (2001) ela constitui uma complexo de forças e processos de mudança. As sociedades modernas estão em mudança de forma rápida, constante e permanente. A globalização leva a uma redefinição das noções de espaço-tempo, considerando que as distancias são consideradas mais curtas com o mundo praticamente todo conectado de maneira prática e veloz. A tecnologia permite a vivência de eventos em continentes distintos em tempo real. A internet torna possível o contato com alguém que não está de fato presente. Sendo assim, pode-se apontar a globalização como fator fortemente atuante no processo de formação de identidade uma vez que tem influências na idéia de identidade nacional pela diminuição das barreiras entre as nações. A possibilidade de contato com diferentes culturas de forma tão facilitada faz da pós-modernidade um período em que se torna difícil conservar as culturas nacionais. Aparece então uma tensão entre o que seria global e o local (Hall, 2001). É interessante a visão de Bauman (2004) sobre a redefinição de alguns conceitos de relacionamentos humanos frente às facilidades do mundo virtual. Há um paradoxo entre proximidade e distância virtual, pois, enquanto a proximidade não exige mais a contigüidade física, esta não determina mais a proximidade. E ele acrescenta:

O advento da proximidade virtual torna as conexões humanas simultaneamente mais freqüentes e mais banais, mais intensas e mais breves. As conexões tendem a ser demasiadamente breves e banais para poderem condensar-se em laços. Centradas no negócio à mão, estão protegidas da possibilidade de extrapolar e engajar os parceiros além do tempo e do tópico da mensagem digitada e lida – ao contrário daquilo que os

relacionamentos humanos, notoriamente difusos e vorazes, são conhecidos por perpetrar. Os contatos exigem menos tempo e esforço para serem estabelecidos e também para serem rompidos. *A distância não é obstáculo para se entrar em contato – mas entrar em contato não é obstáculo para se permanecer à parte.* Os espasmos da proximidade virtual terminam, idealmente, sem sombras nem sedimentos permanentes. Ela pode ser encerrada, real e metaforicamente, sem nada mais que o apertar de um botão (p. 82).

Saindo do aspecto social de forma mais abrangente e entrando no círculo relacional mais próximo do sujeito temos a família como fator importante na formação da identidade. Papero (1998) ao fazer referência à teoria boweniana, diz que esta sugere que “os relacionamentos humanos constituem importantes reguladores do funcionamento humano em todos os níveis: físico, social e emocional” (p.92). Retomando a idéia de que o homem é afetado pelo externo, por suas relações e a partir daí constrói sua identidade podemos fazer referência à fenomenologia que define o homem como um ser essencialmente relacional.

Os estudos de Bowen revelam a descoberta de que as famílias humanas são uma unidade emocional em que os membros encontram-se ligados uns aos outros de tal forma que seu funcionamento afeta automaticamente os demais. Em sua teoria a ansiedade e a diferenciação do eu constituem as duas variáveis que influenciam o sistema emocional humano (Papero, 1998). Bowen (1991) relata que trabalhar a individuação ou a diferenciação de si mesmo é algo que está diretamente ligado ao grau em que uma pessoa se diferencia emocionalmente de seu pai. Esse grau de diferenciação irá refletir na forma como a pessoa lida com suas emoções e na sua capacidade de adaptação frente aos problemas que surgem em sua vida, o

que permite notar a importância da família na formação do sujeito. O processo tem início na separação física que o bebê tem de sua mãe, mas vai se desenrolar no aspecto emocional ao longo do crescimento desse indivíduo seguindo uma seqüência previsível. “Tanto os pais como a criança, em uma progressão natural, movimentam-se no sentido da maior autonomia emocional” (Papero, 1998, p.77). Dentre os fatores de que depende esse processo encontra-se a relação marido e mulher. O grau com que o filho irá se envolver com o pai depende muito da relação entre pai e mãe. Isso tudo caminha até a autonomia emocional do sujeito. Logo, o grau das condições que uma criança terá para lidar com as tensões que aparecem ao longo da vida dependem diretamente da relação que seus pais têm. O nível de diferenciação repete-se no casamento já que o sujeito encontra-se emocionalmente ligado a seus pais na geração passada, a seu cônjuge na presente e aos filhos na futura (Bowen, 1991). A qualidade da relação desses pais torna-se importante por ser base para a forma como no futuro os filhos irão se envolver emocionalmente com outros indivíduos.

Papero (1998) menciona que a principal idéia da diferenciação refere-se ao grau em que as pessoas se fusionam ou fundem-se emocionalmente com outras para criar um eu comum. O interessante de se pensar nessa teoria frente aos relacionamentos afetivos atuais, é observar as condições que se tem para que essa diferenciação do ego aconteça. Frente à sociedade capitalista com mercado de trabalho cada vez mais competitivo, torna-se necessário um maior grau de qualificação para se conseguir um bom emprego. Diante disso, o que se tem são jovens que saem cada vez mais tarde de casa, talvez pela necessidade de maior tempo de estudo antes da possibilidade de se sustentarem com seu próprio salário. Dessa forma, o vínculo com a família de origem é prolongado por uma dependência

econômica, dificultando a autonomia emocional do indivíduo. Isso pode contribuir para um baixo grau de diferenciação, acarretando conseqüências visíveis nos novos casais formados por cônjuges que são ainda ligados de forma intensa à sua família de origem e que podem ter as chamadas “ligações emocionais não-resolvidas” (Papero, 1998, p.78) em relação a seus pais (ou indiferenciação), tendo que gerenciá-las para conseguir um bom convívio social. Cada pessoa traz desde sua família de origem a todos os seus relacionamentos futuros a necessidade de uma outra para se completar seja em que nível isso aconteça (Papero,1998). Daí a importância de um relacionamento bem estruturado que possa gerar indivíduos capazes de alcançar a diferenciação do ego e manterem relações sociais saudáveis. Duarte (1995) traz uma citação de Foucault que resume bem a relação família e formação de indivíduo:

A família não deve ser mais apenas uma teia de relações que se inscreve em um estatuto social, em um sistema de parentesco, em um mecanismo de transmissão de bens. Deve-se tornar um meio físico denso, saturado, permanente, contínuo, que envolva, mantenha e favoreça o corpo da criança. (...) O que acarreta também uma certa inversão de eixo: o laço conjugal não serve mais apenas (nem mesmo talvez em primeiro lugar) para estabelecer a junção entre duas ascendências, mas para organizar o que servirá de matriz para o indivíduo adulto (Foucault, 1979, citado em Duarte, 1995, p.29).

2.2. A mulher – trajetória e resultado

Stein (1998) ao falar de um estudo de caso de Jung a respeito da individuação de uma mulher traz a seguinte descrição:

Nesse estudo, ele descreve uma paciente de 55 anos de idade e que veio trabalhar com ele depois de ter regressado à Europa após um longo período de ausência no estrangeiro. Ela é uma “filhinha de papai”, muito culta e educada. É solteira, “mas vivia com o equivalente inconsciente de um parceiro humano, a saber, o animus... naquela ligação característica frequentemente encontrada em mulheres com educação acadêmica.” Jung está falando, neste ponto, a respeito de uma mulher moderna. Esse caso era, para ele, obviamente fascinante e instrutivo. A paciente não era uma mãe e dona de casa tradicional que precisava desenvolver o seu intelecto e vida espiritual (desenvolvimento do animus) na segunda metade da vida, que era o modo como Jung usualmente concebia a individuação de mulheres. Pelo contrário, essa era uma mulher com um desenvolvimento intelectual muito forte e com uma carreira (p. 169).

O trecho retrata claramente a visão do que seria uma mulher moderna e a considerada tradicional. O autor segue destacando que apesar de ser um tipo de mulher incomum em 1928, essa paciente é semelhante a muitas mulheres de hoje que dão prioridade à sua educação no lugar de ter uma família e filhos. Elas então “seguem uma carreira profissional talvez até o ponto em que a gravidez se converte numa miragem cada vez mais distante” (p. 169). Frente a essa realidade é repensado o papel da mulher dentro da sociedade enquanto trabalhadora, mãe e esposa. Uma mulher que vislumbra como possibilidade real investir em uma carreira independente de um parceiro é a mulher que se vê no século XXI. Inevitavelmente isso reflete na estruturação da família e no conceito de vida a dois, já que depois de anos de história patriarcal o poder econômico não está mais necessariamente só como o homem. Em contrapartida, Walsh (2002) pontua que mesmo tendo uma grande parte de mulheres agora comprometidas com o mercado de trabalho, a

imensa maioria dos contratos matrimônios são feitos com base em um sistema de idéias tradicionais. Isso traz uma série de conflitos na medida em que a mulher acaba abrindo mão de sua carreira e assumindo mais responsabilidades domésticas do que o homem.

Encontramos ao longo dos tempos inúmeras evidências a respeito da valorização masculina na sociedade, que tem influência direta nas definições de papéis dentro da família. Roudinesco (2003) afirma que há diferentes formas para se abordar a questão das relações de dominação, igualdade ou desigualdade entre homens e mulheres. Tomando como referência o corpo, homens e mulheres são seres biológicos cuja posição social depende de sua diferença anatômica. Isso determina o gênero ou identidade sexual. Privilegiar o gênero em detrimento da diferença biológica é valorizar uma outra diferença entre homens e mulheres, uma diferença cultural determinada pelo lugar ocupado por cada um na sociedade.

A autora segue dizendo que na Grécia antiga Aristóteles afirma que a união de um macho com uma fêmea é a primeira união necessária à ordem da natureza. O sêmen masculino era visto como soberano contendo “o princípio da forma” enquanto que a mulher era apenas “a matéria que recebe a forma”. Seguindo esse raciocínio, tem-se na época, um homem que comanda, uma mulher submissa e uma família organizada sob um princípio monárquico (Roudinesco, 2003). Mais interessante ainda, nessa mesma época é observar a divisão das três categorias existentes na cidade: homem, mulher e escravo. Ao homem são atribuídos os papéis de senhor, esposo e pai; a mulher é esposa e mãe; o escravo é uma “coisa do senhor”, sem alma. À mulher resta então uma definição por gênero, assim como a do homem, por sua identidade sexuada, mesmo sendo inferior a ele. O escravo é um “pertence” do senhor, não importando se é ou não um ser sexuado. É conferida à mulher uma

proximidade à animalidade, caracterizando-a como passiva, ao contrário do homem visto como ativo. E da mesma forma que esta há outras tantas representações de feminilidade que acabam conferindo à mulher posições de poder, submissão, complementaridade ou exclusão no meio social (Roudinesco, 2003).

Torna-se claro dessa forma, o quão difícil pode ser nos dias de hoje se pensar em uma família sustentada por uma mulher, aceitar sua independência e sua escolha de investimento profissional ao invés de um projeto que envolva somente marido e filhos, já que temos um passado preenchido por idéias totalmente contrárias a essa nova concepção.

Para compreender que as novas possibilidades da mulher são de fato novas é necessário observar o momento de abertura social para seu surgimento. Barsted (1995) pontua que pensar na inserção social das mulheres remete às esferas das relações de gênero e incorpora o desejo de ver mudança e superação do tradicional. Ela acrescenta que o movimento feminista surgiu do desejo de superação das hierarquias construídas socialmente entre homens e mulheres lutando pela igualdade nas relações sociais, em geral, mas particularmente voltada nas relações com os homens. Whitaker (1995) diz que os papéis, especialmente os atribuídos às mulheres, começaram a ser questionados durante e após a segunda guerra mundial, quando as mulheres mostraram condições de executar trabalhos ditos masculinos. O resultado disso foram leis que vieram a reduzir a polarização do mundo do trabalho em atividades para homens e para mulheres. Hall (2001) aponta os anos sessenta como grande marco da modernidade tardia, período em que emergiam movimentos sociais como o feminismo. Pode-se considerar então, a idéia como relativamente nova, já que existem anos atrás com um passado muito arraigado e com mulheres hesitantes a percorrer o caminho novo. Há que se considerar que

mudanças sociais acontecem de forma lenta, mas que apesar disso, grandes progressos já foram feitos (Whitaker, 1995).

De acordo com Duarte (1995) a “individualização” (p.36) da mulher constitui um dos novos desafios no modelo de família ocidental moderna. Num primeiro momento, o movimento feminista estabeleceu na questão da igualdade uma homogeneidade feminina. Dessa forma, existia o pressuposto de um modelo homogêneo de mulher no ideal de igualdade na relação entre elas e os homens. Estudos posteriores foram em busca de diferenças através de comparações para rever esse aparente “igualitarismo”. Encontrou-se uma complexa “colcha de retalhos” composta pelas respectivas vivências de cada uma, mostrando a necessidade da atenção às diferenças ao tentar-se fazer a avaliação da inserção e permanência social feminina. Faixa etária, classe, raça e nível de escolaridade são alguns desses fatores de diferenciação (Whitaker 1995).

Nos estudos antropológicos de Sarti (1995) sobre famílias urbanas pobres é possível ter uma noção de que o papel da mulher na família ainda encontra-se em parte baseado na idéia da tradicional divisão sexual tendo o homem como provedor e a mulher como dona-de-casa. A autora pontua sobre a autoridade na família, afirmando que esta segue um padrão patriarcal com o princípio básico da precedência do homem sobre a mulher, os pais sobre os filhos e os mais velhos sobre os mais novos. Destaca também a discussão sobre a mulher como “chefe de família”. A esse respeito ela ressalta que mesmo nos casos em que temos a mulher como provedora de recursos econômicos do lar, a identificação da figura de autoridade masculina não é obrigatoriamente modificada em todos os âmbitos. Um homem que não provém economicamente sua família tem sua autoridade e a base de respeito que lhe devem seus familiares abalados. Isso representa uma perda

como totalidade para a família que passa a buscar uma compensação substituindo a figura masculina da autoridade por outros homens da rede familiar. Essa dinâmica é nitidamente visível nos casos de separação e recasamentos em que não é necessariamente o novo marido quem ocupa o lugar masculino para seus filhos e mulher. A atual realidade de separações freqüentes e números altos de adolescentes grávidas contribui para uma divisão dos papéis masculinos e femininos entre os diversos homens e mulheres na rede familiar não se concentrando mais no núcleo conjugal (Sarti, 1995). Torna-se evidente a importância da observação de Whitaker (1995) quando, como citado anteriormente, pontua a necessidade de levar-se em conta as condições sociais das mulheres antes de analisar sua inserção social. Apesar de haver uma diferença no grau de inserção, essa clara modificação social feminina tem reflexos diretos nas famílias de todas as classes.

Heilborn (1995) chama atenção para a correlação de mudanças ocorridas nos valores relativos à família com o espaço crescente de uma ideologia igualitarista contrária ao caráter tradicional da sociedade brasileira. Ela define como evidências dessa ideologia a proliferação dos arranjos conjugais, a aceitação do divórcio, a maternidade voluntária fora do casamento e a liberdade do exercício da sexualidade para ambos os sexos fora dos parâmetros de uma relação estável. Segundo ela, o igualitarismo segue uma lógica de indiferenciação. Dessa forma, a estruturação do casal moderno, em consonância com esses valores, tem como base um encontro psicológico singular que é sedimentado na crença do sentimento amoroso, ordenando-se internamente pelo “princípio da indiferenciação entre os membros”. O resultado disso na prática é revelado por uma reivindicação de equidade na divisão das tarefas domésticas, que a convivência pode trazer, assim como a exigência de paridade financeira entre os membros. “Prevalece uma expectativa de que não haja

dependência econômica entre os parceiros.” (Heilborn, 1995). Contrária a essa idéia, Walsh (2002) mostra que há um desequilíbrio estrutural nos casamentos contemporâneos por não se encontrar esse igualitarismo que Helborn menciona e a que fez-se referência pouco acima. A esposa acaba por assumir mais responsabilidades na casa comprometendo sua carreira enquanto o homem continua com a busca de seus objetivos. Walsh (2002) aponta o nascimento dos filhos como o momento em que a mulher começa a abdicar de sua carreira. Ele afirma que em nossa cultura atribui-se um significado ao laço mãe e filho que acaba por forçar a mulher a fazer essa “escolha”.

A partir disso pode-se observar que, como afirma Biasoli- Alves (2000), existe na trajetória da mulher ao longo da história uma série de rupturas mas também de continuidades. Há uma modificação na imagem de “ser frágil e necessitado de proteção, sob o domínio de sentimentos (p.233)” para um “ser em construção, na busca de seu desenvolvimento e realização de potencialidades (p.233).” Mas, por outro lado, há ainda valores tradicionais que permeiam a sociedade moderna e constituem situações conflitantes nos casais da atualidade.

3. REDEFINIÇÕES E CONFLITOS

3.1. Vínculos

Refletir sobre relacionamento é indiscutivelmente falar sobre os vínculos¹ que se criam no contato com o outro. A família é um dos âmbitos significativos para o indivíduo mas não representa sua única forma de interação. Vitale (2000) aponta a família como “primeiro grupo responsável pela tarefa socializadora” (p.90). Sluzki (1997) acrescenta que todo o conjunto de vínculos interpessoais do sujeito, ou seja, sua família, seus amigos, relações de estudo e trabalho e etc., constituem o sistema significativo de cada um, contribuindo na formação de sua identidade, nos processos de integração e no potencial de mudança. Essa soma de relações pode ser definida como rede social, que é uma das chaves da experiência individual de identidade. Cada vínculo dessa rede pode apresentar diferentes funções como companhia social, apoio emocional, guia cognitivo e conselhos, regulação social, ajuda material e de serviços e acesso a novos contatos. Além disso, cada vínculo apresenta também diferentes atributos como função predominante (que define qual função o caracteriza predominantemente); multidimensionalidade (que define o número de funções que aquele vínculo desempenha); reciprocidade (o quanto as funções são equivalentes e recíprocas); intensidade (também definida como compromisso ou grau de intimidade); frequência dos contatos e história da relação (experiência previa de ativação do vínculo).

Quanto às relações de casal, Sluzki (1997) destaca que é freqüente uma sobrecarga resultante de expectativas de um dos cônjuges ou ambos quanto à

¹ O conceito de vínculo utilizado é da obra de Ricotta (2002) que o define como algo que liga uma pessoa a outra num relacionamento em há um sentido comum e um certo ônus ou compromisso para ambos os envolvidos.

satisfação, parte do outro, de funções que eram antes desempenhadas por diferentes membros da rede. A partir daí surgem conflitos por necessidades individuais insatisfeitas vistas como incompetência ou abandono, quando na verdade, são pura falta do desenvolvimento de habilidades dentro do casal. Esse cenário é resultado do processo de migração, ou seja, mudança de área de residência, que é o que acontece na maioria das vezes ao optar-se pelo casamento. Essa perturbação da rede acontece inevitavelmente frente às mudanças de localização dos indivíduos. Sendo assim, numa realidade que proporciona inúmeras possibilidades de mudança como é a contemporânea, podemos contar com também inúmeras probabilidades de conflitos. Pode-se esperar tanto do casal que muda de cidade (ou país) em virtude do trabalho, crescimento ou necessidade financeira, como dos casais que se separam e retornam a casa dos pais ou a novos casamentos, assim como dos filhos que ora estão sob a guarda de um dos pais ou tem que morar com outros parentes por motivos dos mais diversos.

Heilborn (1995) sinaliza que um casal contém muito da representação da relação social de amizade como o apoio psicológico e companheirismo. O que faria essa relação a dois diferente da amizade, além das relações sexuais, seria a idéia de precedência desta sobre as demais relações. Neste ponto encontramos um conflito tendo em vista o ideal da preservação da autonomia individual na modernidade, que vai de encontro à reivindicação de primazia sobre as outras relações que se possa manter. E há a necessidade de tentar um equilíbrio entre os espaços de cada um e a preservação do “solo do casal” (p. 95).

Um outro fator importante é levantado por Guiddens (1992) quando afirma que o parentesco foi um dia outorgado criando-se uma série de direitos e deveres determinados por laços biológicos ou de casamento. Hoje, ele ressalta, temos a

criação de uma série de novos laços frente ao grande número de divórcios e recombinações familiares, laços esses que tem uma confiança negociada.

Frente ao contexto pós-moderno, ilustrado anteriormente, o tipo e a qualidade dos vínculos do casal são certamente modificados. Já que as funções do casamento sofreram inúmeras alterações com o passar do tempo, também o envolvimento entre os cônjuges o fez. Bauman (2004) faz uma interessante analogia dos relacionamentos com o pensamento consumista atual. O autor faz referência aos produtos que se adquire e sua característica de descartável. Assim, pontua:

Consideradas defeituosas ou não “plenamente satisfatórias”, as mercadorias podem ser trocadas por outras, as quais se espera que agradem mais, mesmo que não haja um serviço de atendimento ao cliente e que a transação não inclua garantia de devolução do dinheiro. Mas, ainda que cumpram o que delas se espera, não se imagina que permaneçam em uso por muito tempo. Afinal, automóveis, computadores ou telefones celulares perfeitamente usáveis, em bom estado e em condições de funcionamento satisfatórias são considerados, sem remorso, como um monte de lixo no estante em que “novas e aperfeiçoadas versões” aparecem nas lojas e se tornam o assunto do momento. Alguma razão para que as parcerias sejam consideradas uma exceção à regra? (p.28)

3.2. O amor e o casamento

Cada casal contém um pouco da individualidade de cada um e de suas percepções de mundo, desejos e identidades. Um dos âmbitos compartilhados é a concepção de amor. Diferenças de valoração e expectativas a esse conceito podem ser grande fator gerador de conflitos.

Carneiro (1998) diz que, desde o século XII o amor esteve presente na literatura ocidental mas raramente referindo-se ao amor conjugal. A função inicial do casamento não era unir duas pessoas que se amassem, mas perpetuar famílias que deveriam se ligar por interesses econômicos. É atribuído a relações extra-conjugais o chamado amor-paixão. A modificação desse cenário acontece no século XVIII, e vai-se aos poucos construindo uma nova imagem de conjugalidade. O novo ideal de casamento exige que marido e mulher se amem ou ao menos pareçam se amar e que ainda alimentem expectativas a respeito do amor. Ela finaliza dizendo que hoje a sociedade não aceita mais que se case sem desejo e sem amor.

Em contrapartida Bauman (2004) fala sobre a banalização do amor na sociedade pós-moderna. Ele afirma que é crescente o número de pessoas que tendem a chamar de amor mais de uma de suas experiências de vida e que não garantiriam que o amor vivenciado atualmente é o último e que tem ainda a expectativa de viver outras experiências como essa no futuro. Acrescenta que a definição de amor-romântico está fora de moda.

Guiddens (1992) que discute a transformação da intimidade nas sociedades ocidentais, define o amor romântico como um encontro de caráter reparador a medida que o outro preenche um vazio que o indivíduo nem sequer reconhece mas este sente-se inteiro quando a relação amorosa se instala. Como cabia às mulheres suavizar a natureza rude e instável de seu amado, distante e frio, este amor é definido também como tipicamente feminino. O amor romântico era desvinculado da intimidade e entrava em conflito com as regras da sedução. A esfera do relacionamento conjugal passa a ser mais valorizada e priorizada na medida em que os ideais do amor romântico relacionados à liberdade individual e à auto-realização desligava os indivíduos das relações sociais e familiares mais amplas.

Quanto aos dias atuais, Carneiro (1998) coloca que a emancipação da mulher e a autonomia feminina são fatores que tendem a fragmentar os ideais de amor romântico. Assim como Bauman (2004), a autora defende que os ideais de “para sempre” e “único” não fazem parte da conjugalidade contemporânea. Perel (2007) afirma que hoje espera-se do amor o apoio emocional, compaixão e companheirismo e solução para a solidão existencial. Ela coloca o elevado grau de expectativas que hoje envolvem um relacionamento, já que a modernidade nos tirou outros meios de obter proteção e ligações emocionais, deixando toda a carga para uma única pessoa. É de fato um paradoxo pensar em alguém que quer obter tanto de um “amor” e ao mesmo tempo pode pensar que esse mesmo “amor” possa ser eventualmente trocado por outro. Tendo como valor de referência o individualismo, torna-se difícil para os sujeitos da modernidade concordarem com a dependência existente nos laços de uma relação conjugal quando querem ao mesmo tempo negá-la. Talvez em certo grau haja ainda uma expectativa e idealização de amor romântico mesmo na sociedade líquida descrita por Bauman (2004) que pode vir a ser fonte de grande frustração.

CONCLUSÃO

Para compreensão de qualquer elemento da atualidade é fundamental uma análise de seu percurso histórico. Dessa forma, é possível visualizar com clareza o resultado através do processo. Certamente a conceituação atual de família e as implicações na vida do casal que advém da contemporaneidade não seriam compreendidos sem antes vasculharmos os caminhos que seguiram ao longo da história. Como visto na obra de Ariés (1981), a família tradicional foi sendo moldada ao longo do tempo e sofrendo inúmeras modificações. Sarti (2000) afirma que a família é a concretização de uma forma de viver os fatos básicos da vida, logo, se o contexto que norteia o sujeito muda, mudam também suas relações familiares, incluindo a relação marido e mulher. Andolfi (2002) levanta uma série de questões presentes na família dos dias de hoje e, entre eles, pontua que não se tem mais laços tão sólidos com a família de origem que no passado era sinônimo de uma base segura.

Paralelo a isso, tem-se a importância da compreensão do momento vivenciado pelo sujeito de cada época, sujeito esse que irá retratar as condições econômicas, sociais e culturais em que está inserido. Situá-lo em uma ordenação de valores e conceitos é imprescindível para que suas ações sejam justificadas. Em diversos autores pode-se observar uma definição do pós-moderno como um mundo em movimento acelerado e reestruturador de conceitos. Hoje, segundo Bilac (2000), vive-se tempos turbulentos e uma grande crise em diversos âmbitos, o que confirma as idéias de Harvey (1998), que situa nossa sociedade num momento de desconstrução. Da mesma forma, Bauman (2005) afirma que estamos num contexto da velocidade e do descartável enquanto Sarti (2000) e Hall (2001) discutem a identidade fragmentada do sujeito frente a tudo isso. O panorama que se tem de constantes e rápidas mudanças (Hall, 2001) influencia diretamente a vida de cada

um e por conseqüência a constituição de seus relacionamentos, levando a dilemas de compromisso e liberdade, assim como a dividir-se e confundir-se diante de valores tradicionais e contemporâneos.

A questão da formação da identidade no contexto atual, enfatizada por alguns autores, traz a discussão de um dos obstáculos na formação de vínculos afetivos. Ricotta (2002) define o vínculo amoroso como uma construção cotidiana que se consolida pela convivência diária e que constitui o compartilhar de uma vida comum sem perder de vista a existência de duas pessoas distintas. E é justamente essa distinção – bem definida por Bowen (1991), necessária para o desenvolvimento da autonomia do sujeito – que parece estar hoje prejudicada, afetando a vida dos casais. Além disso, como aponta Andolfi (2002), há um crescimento no número de rompimentos de casal e de separações precoces, ou seja, com pouco tempo de convivência, indicando que não há um período para esse relacionamento evoluir. De acordo com Bauman (2004) isso poderia ser resultado (mais uma vez) de um valor muito presente na vida pós-moderna: a velocidade. Sujeitos intolerantes à espera, inclusive em seus relacionamentos e simultaneamente buscando sua liberdade individual vivem um dilema entre comprometerem-se ou manterem-se livres. Andolfi (2002) compartilha do mesmo pensamento ao enfatizar a dificuldade de se construir uma família nos dias de hoje tendo em vista a visão que se tem de liberdade como valor essencial para todos. Com tudo isso, a dificuldade de se formar uma identidade frente a tantos registros possíveis e a necessidade extrema de liberdade é notável e afeta a construção de vínculos menos enfraquecidos e mais duradouros.

Um outro forte elemento que permeia as questões do casal contemporâneo é a posição da mulher frente à sociedade. Ganhando espaço ao longo do tempo, com o movimento feminista (Hall, 2001), a mulher que passa a ter condições de competir

no mercado de trabalho, planejar uma carreira e optar por casar-se e a ter filhos ou não, enfrenta uma redefinição de papéis dentro das relações conjugais. Biasoli – Alves (2000) destaca que ao mesmo tempo em que se observa um distanciamento de valores e crenças que condenavam a mulher à submissão encontram-se ainda resquícios significativos arraigados à cultura que impedem uma maior mudança. O reflexo disso nos casais é a busca do equilíbrio na divisão de tarefas e definição de sexualidade e gênero, o que pode desencadear conflitos.

A questão da mudança na visão do amor também tem influência direta na vida a dois. Guiddens (1993) traz a definição de amor romântico, relacionado à mulher, idealizado, utópico. Hoje, como pontua Andolfi (2002), estamos mais próximos do amor prudente, mantém-se uma porta aberta para sair da relação ao mesmo tempo em que se emprega forças para construí-la. Essa precaução nos relacionamentos assemelha-se a uma transação comercial, como compara Bauman (2004) que apesar de trazer pontos bastante interessantes parece ter sempre uma visão pessimista sobre o assunto ao manter o foco sempre no conflito sem levantar possíveis soluções. Talvez seja resultado de sua vivência em outra realidade social que não o Brasil, mas mesmo a primeira vista com o pensamento convergindo com outros autores, nem todas as suas definições parecem aplicar-se ao cenário nacional. Mas o amor romântico pode ainda estar presente em idealismos pessoais levando a um maior número de cobranças e conseqüentemente maiores frustrações. Perel (2007) e Ricotta (2002) discutem a temática de expectativas exacerbadas que se tem em num parceiro levando muitas vezes a grandes decepções e prejudicando envolvimento afetivos.

Todos esses fatores levam à redefinição de família e casal permitindo uma melhor compreensão da dinâmica da conjugalidade atual. Apesar de não se ter feito

um delineamento preciso do sistema casal, foram apontados fatores essenciais que influenciam sua constituição na vida pós-moderna. Para uma complementação desse trabalho e para que não se caia em generalizações aleatórias no que diz respeito aos relacionamentos modernos, sugere-se um estudo mais aprofundado do assunto. Cabem também discussões sobre o lugar dos filhos frente à realidade retratada, a sexualidade dentro do casamento e o papel de processos psicoterápicos a fim de encontrar soluções plausíveis para uma vida a dois em harmonia diante de tantas turbulências.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Andolfi, M. (2002). *A crise do casal – uma perspectiva sistêmico-relacional*. Porto Alegre: Artmed.
- Ariés, Ph. (1981). *História social da criança e da família*. (D. Flaksman, Trad.). Rio de Janeiro: Guanabara; Koogan. (Publicação Original em 1973).
- Barsted, L.L. (1995). De igualdades e de diferenças: falando sobre mulheres. Em: Ribeiro, I & Ribeiro, A.C.T. (org.) *Família em processos contemporâneos: Inovações culturais na sociedade brasileira*. (pp. 151-159) São Paulo: Loyola.
- Bauman, Z. (2004). *Amor Líquido*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar.
- Biasoli - Alves, Zélia Maria Mendes. *Continuidades e rupturas no papel da mulher brasileira no século XX. Psic.: Teor. e Pesq.*, set./dez. 2000, vol.16, no.3, p.233-239. ISSN 0102-3772. Recuperado em 01 de junho de 2007:
- Bilac, E.D. (2000). Família: algumas inquietações. Em: M.C. B. de Carvalho (org.). *A Família Contemporânea em Debate*. (pp.28-38) São Paulo: EDUC/Cortez.
- Bowen, M. (1991). *De la familia al individuo – La diferenciación de sí mismo em el sistema familiar*. Barcelona: Paidós.
- Carneiro, T. F. (1998) Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*. 11 n.2 Porto Alegre ISSN 0102-7972. Recuperado em 03 de junho de 2007.
- Carvalho, M.C.B. (2000). O lugar da família na política social. Em: M.C. B. de Carvalho (org.). *A Família Contemporânea em Debate*. (pp.13-21) São Paulo: EDUC/Cortez.

- Centa, M. de L. & Elsen, I. (1999) *Reflexões sobre a evolução histórica da família*. Família Saúde Desenvolvimento, Curitiba, v.1, n.1/2, p.15-20, jan./dez. 1999. Recuperado em 01 de junho de 2007.
- Duarte, L. F. D. (1995). Horizontes do indivíduo e da ética no crepúsculo da família. Em: Ribeiro, I & Ribeiro, A.C.T. (org.) *Família em processos contemporâneos: Inovações culturais na sociedade brasileira*. (pp. 151-159) São Paulo: Loyola.
- Giddens, A. (1992). *A transformação da intimidade*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.
- Gomes, I.C. & Paiva, M. L. de S.C.(2003) *Marriage and family in the 21th century: possibility of holding?*. *Psicol. estud.*, 2003, vol.8, no.spe, p.3-9. ISSN 1413-7372. Recuperado em abril de 2007.
- Hall, S. (2001). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP E A.
- Harvey, D. (1998). *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola.
- Heilborn, M.L. (1995). O que faz um casal, casal? Conjugalidade, igualitarismo e identidade sexual em camadas médias urbanas. Em: Ribeiro, I & Ribeiro, A.C.T. (org.) *Família em processos contemporâneos: Inovações culturais na sociedade brasileira*. (pp. 91-104) São Paulo: Loyola.
- Papero, D. V. (1998). A teoria sobre os sistemas familiares de Bowen. Em: M. Elkalim (org.). *Panorama das terapias familiares*. (pp. 71-100) São Paulo: Summus.
- Perel, E. (2007). *Sexo no cativo – driblando as armadilhas do casamento*. Rio de Janeiro: Objetiva.

- Ricotta, L. (2002). *O vínculo amoroso – a trajetória da vida afetiva*. São Paulo: Ágora.
- Romanelli, G. (2000). Autoridade e poder na família. Em: M.C. B. de Carvalho (org.). *A Família Contemporânea em Debate*. (pp.72-88) São Paulo: EDUC/Cortez.
- Roudinesco, E. (2003). *A família em desordem*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar.
- Santos, B. S. (2006). *Pela mão de Alice*. São Paulo: Cortez
- Sarti, C.A. (2000). Família e individualidade: um problema moderno. Em: M.C. B. de Carvalho (org.). *A Família Contemporânea em Debate*. (pp.39-49) São Paulo: EDUC/Cortez
- Satir, V. (1995). A mudança no casal. Em: M. Andolfi, C. Ângelo, C. Saccu (org.). *O casal em crise*. São Paulo: Summus.
- Sluzki, C. E. (1997). *A rede social na prática sistêmica*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Stein, M. (1998). *Jung: O mapa da alma, uma introdução*. São Paulo: Cultrix.
- Szymanski, H. (2000). Teorias e “teorias” de família. Em: M.C. B. de Carvalho (org.). *A Família Contemporânea em Debate*. (pp.23-27) São Paulo: EDUC/Cortez.
- Vitale, M.A.F. (2000). Socialização e família: uma análise intergeracional. Em: M.C. B. de Carvalho (org.). *A Família Contemporânea em Debate*. (pp.89-96) São Paulo: EDUC/Cortez
- Walsh, F. (2002). Casais saudáveis e casais disfuncionais: qual a diferença? Em: Andolfi, M. (Org.). *A crise do casal – uma perspectiva sistêmico-relacional*. Porto Alegre: Artmed.
- Whitaker, C.A. (1995). As funções do casal. Em: M. Andolfi, C. Ângelo, C. Saccu (org.). *O casal em crise*. São Paulo: Summus.